

## Comunicado do Conselho Permanente da CEP

[Lisboa, 11 de janeiro de 2022]

Informação sobre alguns assuntos da reunião do Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa realizada esta manhã por via digital.

1. O Conselho tomou nota da apresentação pública da Comissão Independente para o Estudo de Abusos Sexuais na Igreja Católica Portuguesa, ocorrida ontem na Fundação Calouste Gulbenkian, congratulando-se com os passos iniciais até agora empreendidos.
2. Está previsto para breve um encontro das comissões diocesanas para a proteção de menores, para acertar procedimentos comuns do seu trabalho e proceder à constituição de um grupo coordenador a nível nacional.
3. O Conselho apreciou dois documentos para aprovação na próxima Assembleia Plenária, que estão em fase de auscultação em ritmo sinodal junto das instâncias diocesanas e de outros organismos eclesiais: «Ministérios laicais para uma Igreja ministerial»; «Itinerário de Iniciação à Vida Cristã com as Famílias, com as Crianças e com os Adolescentes». Está também em preparação uma Nota Pastoral para apresentar a nova edição do Missal Romano, o qual entra em vigor na próxima Quinta-feira Santa.
4. As próximas Jornadas Pastorais, que vão decorrer de 20 a 22 de junho, abordarão o tema da Sinodalidade, a partir das sínteses das Dioceses e da Conferência Episcopal.
5. Foram feitas as seguintes nomeações: D. José Cordeiro, Presidente da Comissão Episcopal da Liturgia e Espiritualidade, como Delegado Nacional aos Congressos Eucarísticos Internacionais (recondução); P. José Carlos Teixeira Ribeiro, da Diocese do Porto, como Assistente Nacional do Movimento dos Convívios Fraternos, para o triénio 2022-2025.
6. O Conselho Permanente apela de novo à importância da vacinação para todos os cidadãos contra a Covid-19 e ao cuidado reforçado em relação às medidas de proteção nos espaços litúrgicos, tais como o distanciamento previsto nas normas, a higienização e o uso de máscara.
7. Tendo em conta o processo eleitoral em curso, o Conselho apela à participação democrática dos cidadãos no ato eleitoral do próximo dia 30 e pede aos partidos políticos que apresentem com clareza as suas propostas quanto aos grandes problemas da sociedade, sobretudo no que diz respeito à vida humana e sua salvaguarda integral, às situações de pobreza e coesão económica, às questões da justiça, à desertificação do interior do país, à situação dos imigrantes e aos problemas ambientais.